

BOLETIM da

Sociobiodiversidade

VOLUME 5. Número 05. Outubro de 2021

Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
Superintendência de Estudos Agroalimentares e da Sociobiodiversidade – SUEAS

ISSN 2527-1598

B. Sociobiodiversidade, Brasília, v. 5, n. 5, p. 1-23, Outubro de 2021

Disponível também em: <http://www.conab.gov.br>

Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro

Impresso no Brasil

ISSN: 2527-1598

O Boletim da Sociobiodiversidade é uma publicação bimensal da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações de biomas brasileiros, conjunturais de mercado de produtos da sociobiodiversidade e o relatório de operações executadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Supervisão: Ênio Carlos Moura de Souza e Marisson de Melo Marinho

Elaboração: Ênio Carlos Moura de Souza, Ana Rita Lopes Farias Freddo, Florence Rios Serra, Humberto Lôbo Pennacchio, Regina Célia Gonçalves Santos

Colaboração: Davi Lima, Thiago Pires de Lima Miranda

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues.

Normalização: Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Como citar a obra:

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim da Sociobiodiversidade**, Brasília, DF, v. 5, n. 5, Outubro 2021.

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

C737b

Companhia Nacional de Abastecimento.

Boletim da Sociobiodiversidade / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1, n.1 (2017). – Brasília: Conab, 2017-.

bimensal

v. 5, n. 5

ISSN: 2527-1598

1. Biodiversidade. 2. Agronegócio. I. Título

CDU 631:502(81)(05)

Ficha catalográfica elaborada por Thelma Das Graças Fernandes Sousa CBR-1/1843

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

(61) 3312-2246

<http://www.conab.gov.br> e Conab.geafs@conab.gov.br



A PGPM-BIO NO PIAUÍ	6
CONJUNTURAS DE MERCADO	9
METODOLOGIA	9
AÇAI	10
BABAÇU	10
BARU	10
BORRACHA NATURAL EXTRATIVA	10
BURITI	10
PIAÇAVA	10
PIRARUCU DE MANEJO	10



A PGPM-Bio no Piauí²

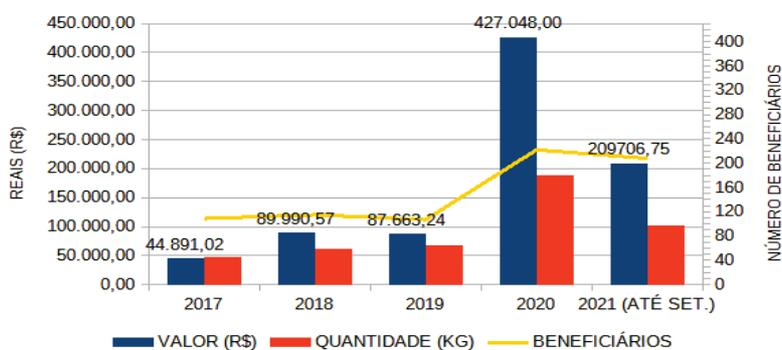
1) Apresentação

A Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade - PGPM-Bio é um instrumento de incentivo econômico ao uso sustentável dos biomas brasileiros, proporcionando a melhoria de renda a muitas famílias que vivem no interior, próximo às matas. Por meio da política, a Conab oferece subvenção direta aos extrativistas, pagando um bônus após a comprovação da venda do seu produto por um preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal.

No Piauí o único produto que já recebeu subvenção foi a amêndoa de babaçu, e com exceção do ano de 2011, em que houve uma operação isolada de subvenção totalizando mil reais, a PGPM-Bio no estado apresentou maior pujança a partir do ano de 2017, com o pagamento de subvenção da ordem de R\$ 44,8 mil reais. A partir de então, os valores pagos em subvenções foram aumentando e a política se consolidou no estado. Até o presente momento, dez municípios piauienses já receberam pagamento de subvenção à amêndoa de babaçu. Os municípios com maior participação na PGPM-Bio foram: Nossa Senhora dos Remédios, Esperantina, Porto e Miguel Alves. Estes quatro municípios somados representam 88,7% do total de subvenção paga. Atualmente, mais de R\$ 859,2 mil reais já foram pagos em subvenção econômica a extrativistas no estado, beneficiando cerca de 440 quebradeiras de coco babaçu.

O gráfico 1 mostra a operacionalização da PGPM-Bio no estado do Piauí entre os anos de 2017 e 2021 (até o mês de setembro).

Gráfico 1 - subvenção Amêndoa de Babaçu - Piauí



Fonte: Conab, 2021.

2) Evolução da política e superação dos principais entraves

Uma das principais dificuldades constatadas para a execução da PGPM Bio no estado, estava na formalização da comercialização, ou seja, a emissão de Notas Fiscais pela transação comercial, devido à incidência da tributação de ICMS na alíquota de 18%. Desta forma, a comercialização entre

² Thiago Possui graduação em Ciências Econômica pela Universidade Federal do Piauí (2011). Pós graduação em Gestão Econômico-Financeira pela FAETE (2013). Especialização em Estatística pela Universidade Federal do Piauí (2017). Mestrado em Economia Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Atualmente exerce o cargo de Analista de Operações - Economista na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)



as quebradeiras de coco babaçu e os atravessadores ou azeiteiros, eram concretizadas na informalidade, dificultando assim, o processo de subvenção a este produto.

A possibilidade que se vislumbrou, para obtenção de nota fiscal na comercialização de amêndoa de babaçu por parte das quebradeiras de coco, era a venda diretamente à indústria de esmagamento ou cooperativa que utilizavam a amêndoa como matéria-prima, uma vez que, o Decreto nº 13.500 que regulamenta o ICMS no Estado do Piauí, previa, benefício fiscal, na forma de diferimento, para produto resultante da industrialização da Amêndoa de Babaçu, relativamente à fabricação de óleo bruto ou refinado.

Através das vendas diretas das quebradeiras de coco para as indústrias e/ou cooperativas, que as primeiras operações de subvenção ocorreram no estado do Piauí entre os anos de 2017 e 2018. Estas vendas diretas, representavam um percentual quase que insignificante, frente ao total comercializado no estado, que sempre ocorreram majoritariamente entre as quebradeiras e os atravessadores.

O “desate deste nó”, começou a acontecer durante o Painel “DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS PARA PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE”, realizado no Piauí, entre os dias 09 e 10 de fevereiro de 2017, que contou com a participação da diretora de tributação da SEFAZ-PI, Maria das Graças Moraes Moreira Ramos. Da interação entre as entidades representativas das quebradeiras de coco babaçu e a diretora de tributação, estabeleceu-se o entendimento de que era possível inserir, por meio de alteração no decreto do ICMS, o diferimento na tributação de amêndoa de babaçu in natura, em qualquer nível de comercialização interestadual.

Desta forma, em fevereiro de 2017, a Superintendência Regional da Conab no estado do Piauí (Sureg-PI), protocolou Ofício na SEFAZ-PI, solicitando o diferimento da amêndoa de babaçu no Estado. Em agosto de 2017, fora aceita a solicitação, e passou a constar no decreto nº 13.500, que ficam diferidos o lançamento e o pagamento do ICMS, nas saídas internas de amêndoa de babaçu, para o momento em que ocorrer: a saída interestadual do produto “in natura”. Este entendimento, abriu a possibilidade para que as quebradeiras obtenham sua nota fiscal a partir da comercialização das amêndoas a comerciantes intermediários e/ou azeiteiros, com tributação diferida. Fluxo este, que representa o maior volume de comercialização no estado.

No entanto, apenas no ano de 2019, é que “a letra da lei” foi de fato implementada nas agências de atendimento da SEFAZ-PI, e a Superintendência do PI passou a receber as primeiras solicitações de subvenção a partir de vendas de amêndoas a comerciantes intermediários ou azeiteiros, com diferimento do ICMS na nota fiscal. Daí em diante, a subvenção do babaçu no estado do Piauí ganhou outra dinâmica, e o volume de pagamento aumentou consideravelmente, como pode ser visto no gráfico 1.

3) Perfil dos beneficiários

Dos extrativistas cadastros no SICAN e residentes no estado do Piauí, 93% são do sexo feminino e apenas 3% do sexo masculino, a maioria possui nível de escolaridade até o nível fundamental incompleto (1º grau), 88% não possuem conta bancária e a renda média declarada é de R\$ 497,41 (quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e um centavos).



4) Desafios

Os atuais desafios para incremento da política da PGPM-Bio no estado são o aumento da divulgação, para que mais extrativistas de coco babaçu conheçam a política, e saibam quais os caminhos para conseguir acessá-la.

Olhando para os outros produtos amparados pela política, o pequi é uma possibilidade promissora de atuação, já que em anos de boa safra, o preço de comercialização do produto ocorre em níveis inferiores ao mínimo estabelecido pelo governo federal. As dificuldades para operacionalização são: desarticulação da cadeia produtiva, informalidade na comercialização e pulverização dos canais de comercialização.



Conjunturas de Mercado

A Conab é conhecida pela sua interação com as cadeias produtivas do agronegócio e da sociobiodiversidade. A tradição em levantar informações de qualidade sobre os diversos mercados, relacionados ao campo de atuação da empresa, e as análises conjunturais são reconhecidas pelos diferentes públicos e demais esferas do governo.

Nessa sessão, os técnicos da companhia analisam os dados de mercado com foco nos meses passados e trazendo elementos que podem ser úteis na análise do mês que está por vir. Todos os gráficos de preços são originados através de pesquisa de mercado da Conab e registrados em sistema interno (Siagro).

Estes produtos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade e a análise desses mercados corrobora para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento, além de subsidiar com informações os atores envolvidos nas respectivas cadeias produtivas.

Metodologia

A cada nova edição o Boletim irá trazer um novo conjunto de produtos a serem analisados, constantes da pauta da PGPMBio. As escolhas dos produtos a cada edição levam em conta o período de safra de cada um, trazendo as informações mais relevantes do período em que há comercialização. Ou seja, sempre haverá uma análise de mercado, que pode ser complementada com outras análises (de produção, rentabilidade, custos, ação governamental) sempre que oportuno.



Açaí

1) Introdução

O Brasil é um grande produtor de fruto do açai e o maior exportador de polpa congelada, mais ainda deixa a desejar quando o assunto é a diversidade de produtos à base de açai. A verticalização da cadeia do açai é um dos principais aspectos que precisa ser trabalhado como um todo, com objetivo de aumentar os ganhos dos produtores do fruto e ajudar a consolidar este produto no mercado internacional. A verticalização prevê a produção do maior número possível de produtos à base de açai, um maior controle da cadeia produtiva e do estoque. Contudo, o uso da tecnologia própria é algo necessário, pois pode facilitar o domínio sobre a produção.

Outro aspecto da cadeia do açai que deve ser avaliado é que a demanda global crescente tem forçado a troca do agroextrativismo por um manejo mais intenso da floresta, o que tende a aumentar desmatamento. Em outros locais, uma opção desenfreada pela monocultura da cobiçada palmeira pode até aumentar a produção em um primeiro momento. Entretanto, o médio prazo, tende a levar a queda na quantidade de frutos por safra devido à perda de biodiversidade. Para mudar essa tendência, que, inclusive, já está causando impactos ambientais em algumas comunidades, na Ilha do Capim, como o assoreamento de igarapés, a saída é o fortalecimento cada vez maior destas comunidades.

2) Mercado

A safra de açai, no Pará, está em seu pico, o que tem provocado a queda sistêmica dos índices de preço no estado devido ao aumento da oferta em relação à demanda. Houve decréscimo de 26,4% no índice de setembro em relação a agosto. Observa-se ainda que o preço do quilo do açai paraense também sofreu

Tabela 1 - Preços					
UF	Set/20	Ago/21	Set/21	Var. Anual	Var. Mensal
AC	1,00	1,15	1,17	17	-1,74
AP	3,50	-	1,69	-51%	-
MA	3,40	3,59	-	-	-
PA	2,01	2,42	1,78	-11,4%	-26,4%
RO	2,40	1,89	1,89	-21,25%	0,0

Fonte: Conab/Siagro

queda mensal. O dado de setembro do ano corrente é menor quando comparado com o do mesmo mês de 2020. Sabe-se que, ao longo da safra de açai, no Pará, em 2020, houve escassez na oferta deste produto em vários momentos o que, provavelmente, provocou uma pressão de alta; contudo, no corrente ano, tal evento não tem sido relatado. Observou-se redução nos índices de preço, em relação ao ano, também em Rondônia e Amapá, na ordem de 21,2% e 51,7%, respectivamente. Já no Acre, que encontra-se em período de entressafra, o valor pago pelo açai apresentou alta de 17% em relação ao ano anterior e de 1,74% em relação ao mês anterior.

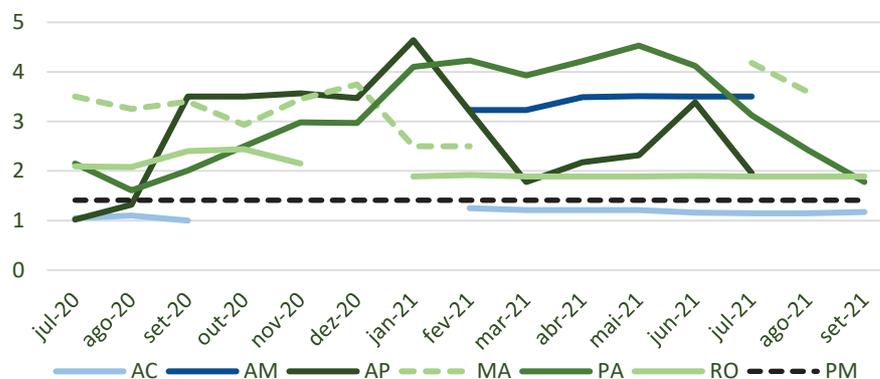
No Pará, um fato também relacionado à baixa dos preços do açai foi que a indústria compradora, na região do Baixo Tocantins, diminuiu o valor da oferta em relação ao ano passado, gerando uma movimentação por parte dos extrativistas que organizaram uma greve e se recusaram a repassar o produto pelos preços que estavam sendo praticados pela indústria.

Em Boca do Acre, a comercialização está desaquecida e, devido à região encontrar-se na entressafra, o preço do açai sofreu valorização, chegando a R\$ 10 /litro. Em Bailique, na região do Marajó, o período também é de entressafra, e a lata de 13 Kg chega a R\$ 30,00, ou seja, R\$ 2,30/kg do açai na região.



Analisando o comportamento do preço do açaí ao longo de 2021, nota-se que o Acre é o estado onde os preços de mercado encontram-se abaixo do mínimo fixado ao longo de todo ano. Os estados do Pará e Amapá são onde se observam oscilações mais intensas nos índices de preço, sendo que a variação de preço é, fortemente, influenciada pelo período de safra e entressafra, com altas nos preços ocorrendo nos meses do primeiro semestre. Os índices de preço, no pico da safra paraense têm aumentado nos últimos dois anos; contudo, no ano de 2021, em relação ao ano anterior, estes índices sofreram baixa no estado. No Amapá, a formação de preços é influenciada pelo Pará, sendo reflexo, muitas vezes, das variações de oferta e demanda do maior produtor nacional. No Amazonas, o registro de preços ocorre apenas fora do período de cheia dos rios. Em Rondônia e no Acre, as variações do índice foram bem mais discretas no período analisado, porém, os preços no Maranhão são bem mais valorizados que no Acre. Já no Maranhão observa-se uma variação mais acentuada que de costume, provável reflexo das readaptações de produção devido à pandemia

Gráfico 1 - Preço medio do açaí em 2021



3) Seção extra

a) Produção:

Gráfico 2 - Quantidade e valor da produção nacional de Açaí



Em 2020, a produção de açaí foi de 1.698.657 toneladas, 4,79% acima da obtida no ano anterior.

O Gráfico 2 traz o histórico da quantidade e do valor da produção nacional, entre 2015 e 2020. Constata-se que o aumento da produção de açaí, no mercado brasileiro, vem ocorrendo de forma consecutiva, nos últimos anos, com um ponto de inflexão de 2018 para 2019, quando houve

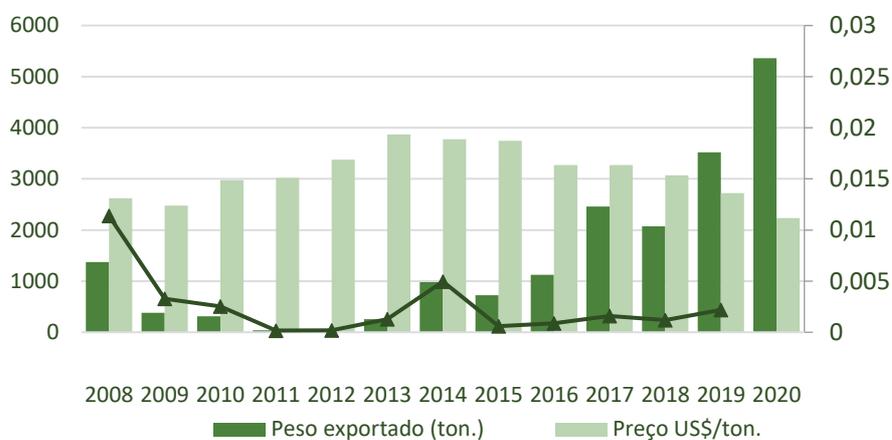
redução de 6,2% do quantitativo total produzido. Nas observações das médias da produção de açaí, ao longo dos últimos anos, é possível fazer uma comparação e verificar o crescimento de mercado no Brasil.



b) Exportação

Considerando o volume exportado, nos últimos 5 anos, observa-se uma evolução tanto nos índices absolutos, apesar das oscilações ao longo do período, quanto no percentual em relação ao total produzido no país. No Gráfico 3 tem-se o quantitativo, o valor por tonelada e o percentual de exportação de açaí, em relação à produção nacional, no período de 2010 a 2020. Conforme o gráfico, houve um grande aumento do volume exportado, no período avaliado, representando um incremento superior a 10 vezes a quantidade exportada, em 2020 em relação a 2010, saltando de 314 toneladas para 5.363 toneladas; uma alta de 1700% para este período. No que se refere aos valores dos quantitativos exportados, a proporção do aumento foi similar no mesmo período, saindo de um montante de US\$ 935.747,00 para US\$ 11.998,664; um aumento de mais 1000 % ou um incremento de mais de 10 (dez) vezes na quantidade exportada no ano de 2020 em relação a 2010.

Gráfico 3 - Peso e valor exportados de Açaí





BABAÇU

1) Introdução

A expansão do mercado de babaçu é bastante dependente da indústria de limpeza, como sabão e sabonete, esta expansão pode estar comprometida pela concorrência com o óleo de palmiste que também é subproduto do mesmo processo porém tem uma alta produtividade e um custo bem mais baixo que o babaçu, nesse sentido, a importação do óleo de palmiste provocaria a queda do babaçu como consequência da competição. Este é um ponto no cenário comercial do babaçu que deve ser observado quando fala-se da diminuição na produção e do rendimento das quebradeiras de coco.

2) Mercado

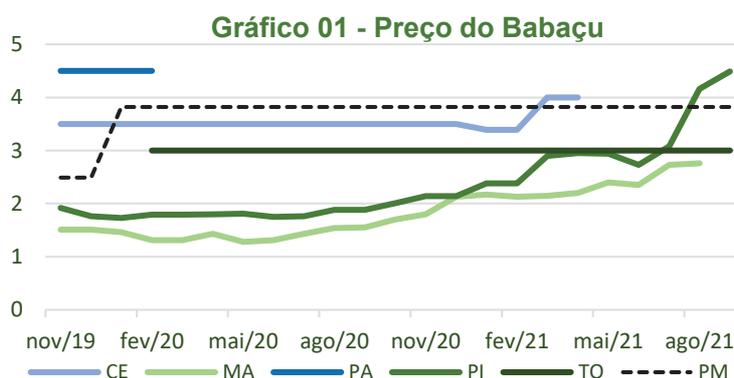
No Maranhão, maior estado produtor, a tendência observada nos preços de alta, desde o último semestre até agora. Contudo, o estado do Piauí vem sendo o com maior alta na variação anual com percentual de aumento atingindo 138,8 % e o índice de setembro em 7,9% acima do mês anterior. No Ceará, os índices de preços também apresentaram alta anual, contudo, bem mais modesta que no Piauí.

UF	Sep-20	Aug-20	Sep-21	Var. Anual	Var. Mensal
CE	3,50	-	4,00	14,30	-
MA	1,55	2,76	-	-	-
PI	1,88	4,16	4,49	138,80	7,90
TO	3,00	3,00	3,00	0	0

Fonte: Conab/Siagro

No Ceará, o índice praticado em fevereiro de 2021 foi cerca de 2,8% menor que em 2020, mas no mês seguinte o preço voltou a sofrer alta fechando 14% maior que em 2020. E finalmente no Tocantins. Os índices de preços pagos ao produtor extrativista não apresentaram variação dentro do período avaliado.

A pressão da demanda sobre a oferta tem sido a principal razão de elevação nos preços. A competição do óleo de babaçu com outros óleos láuricos – mais rentáveis e produtivos (como o óleo de palma), faz com que a dinâmica de substituição seja desfavorável ao babaçu, o que acaba por reduzir a demanda. Os fatores relacionados ao aumento da pressão de demanda sobre a oferta de babaçu tem sido a redução da mão de obra, provocando a diminuição ano a ano a capacidade produtiva. A diminuição das áreas de coleta, é resultado das queimadas dos babaçuais e da “privatização” das terras, que impedem as quebradeiras de coco o acesso à palmeira.



4) Seção Extra

a) Produção



A produção de babaçu em 2020 foi de 47.706 toneladas, quantidade 2,2% menor que em 2019, quando a produção nacional de babaçu foi de 48.706 toneladas, sendo que em 2019 a produção já apresentara uma redução de 4,1% em relação ao ano anterior quando a produção 50.798 toneladas, conforme pode ser observado no gráfico. No período avaliado, houve redução no quantitativo produzido da amêndoa em todos os anos em relação ao anterior, sendo que a queda sistemática da produção de babaçu vem ocorrendo nos últimos. Nesse período, a amêndoa de babaçu perdeu cerca de 54% da sua produção. É importante ressaltar que a perda do espaço do babaçu no mercado como um todo também pode estar relacionada ao custo.

Gráfico 02 - Volume e valor da produção de Babaçu

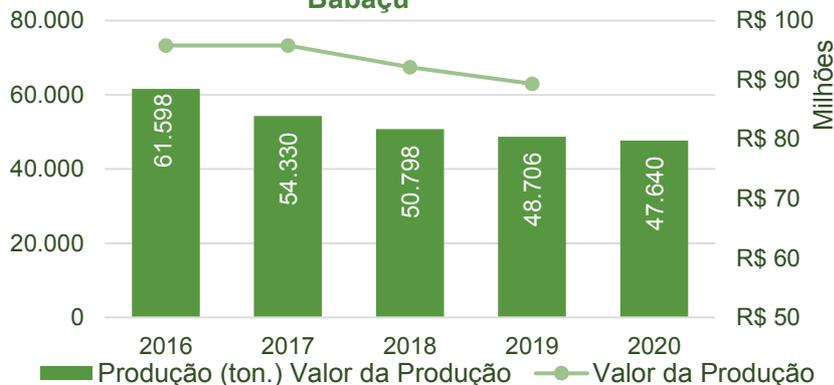
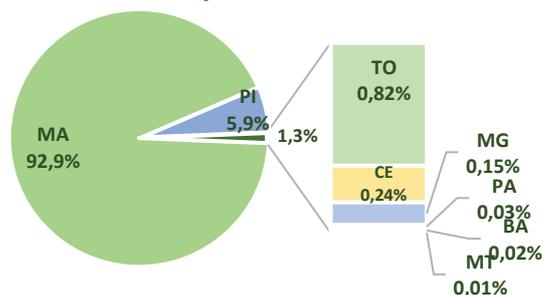


Gráfico 03 - Produção (kg) de Babaçu por UF



Maranhão e Piauí continuam como os principais produtores do país, no entanto, Tocantins, Ceará e Pará também são referência na produção do coco e da amêndoa de babaçu, gerando renda para as quebradeiras. Apesar do principal produtor da amêndoa de babaçu no Brasil ser o Maranhão, e de outros estados produtores terem peso pequeno na produção nacional, a produção da amêndoa tem importância relevante na geração de renda de milhares de famílias que sobrevivem da quebra do coco babaçu. Estima-se que mais de 300 mil mulheres vivam dessa atividade. O gráfico mostra a proporção da produção de cada estado no quantitativo nacional.



5) Introdução

O fortalecimento da cadeia do baru (*Dypterix alata*), requer necessariamente uma produção sustentável, com foco na conservação do Cerrado, envolvendo diretamente todos os atores que compõe este universo, inseridos nas diferentes etapas de manejo, coleta, processamento e comercialização do produto, abrangendo desde as populações extrativistas locais, associações de produtores e suas cooperativas, comerciantes no mercado interno e externo e, finalmente, o consumidor. A estruturação da cadeia produtiva, deverá propiciar ganhos em todos os elos da mesma, uma vez que com uma produção sustentável, espera-se um produto de melhor qualidade, maior remuneração ao extrativista e conseqüente ao comerciante e satisfação ao consumidor final, além do principal objetivo: manutenção e conservação das áreas de coleta.

6) Mercado

As movimentações dos preços pagos aos produtores nos estados onde há coleta de dados, como listado na tabela 1, reflete o movimento de mercado no que diz respeito à oferta e demanda notadamente no período de safra, normalmente compreendido entre os meses de agosto a outubro, com pequenas variações de

Tabela 1					
UF	Sep-20	Aug-21	Sep-21	Var. Anual	Var. Mensal
GO	SI	SI	28,00	SI	SI
MG	25,67	30,00	30,00	17%	0,0%
MS	37,00	36,00	36,00	-3%	0,0%
MT	24,00	29,00	29,00	21%	0,0%

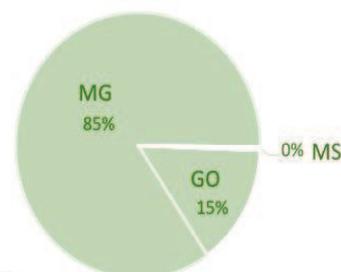
Fonte: Conab/Siagro

antecipação ou mesmo retardamento, a depender principalmente de fatores climáticos. O estado do Mato Grosso do Sul sobressai apresentando variação percentual negativa de 3% no valor de 2021, em relação a 2020, reflexo do ajuste promovido no mercado local com o aumento da oferta do produto, situação atípica, uma vez que o estado mantinha a característica bem peculiar de escassez na oferta e uma elevada demanda pelo produto. Em Minas Gerais e Mato Grosso, os preços variaram positivamente, quando comparados o mesmo período do ano de 2021, em relação à 2020, no caso de Minas Gerais esta movimentação positiva é atribuída ao aumento da demanda externa, provocada principalmente pela queda da produção no estado de Goiás. Quanto a variação mensal dos preços, esta permaneceu estável, não apresentando nenhum movimento, pois com a safra em andamento, há uma acomodação dos mesmos.

7) Produção

O último levantamento contido na pesquisa sobre a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2020 (PEVS), apresentou uma produção de 223,7 toneladas de Baru, contra 69,3 toneladas produzidas em 2019, aumento de 223%, distribuídas em tres estados (GO, MG e MS), onde a pesquisa foi realizada. O estado de Minas Gerais, apesar de não estar listado com quantidade produzida na pesquisa realizada em 2019, neste ano apresenta-se como maior produtor

Gráfico 1 - Produção de Baru 2020



Fonte: IBGE/PEVS



nacional, com 189,6 toneladas, garantindo percentual de participação de 85% da produção nacional, de acordo com o levantamento apresentado, enquanto Goiás, apresentou redução de 106% em relação à produção apresentada em 2019, quando produziu 68,6 toneladas. Em relação à participação na produção nacional em 2020, Goiás, contribuiu com 14,7%.



Humberto Lobo Pennacchio

**BORRACHA NATURAL EXTRATIVA****1) Introdução**

Para suprir a demanda interna de borracha natural, o país necessita importar cerca de 55% da matéria prima para atender a indústria local, com destaque para a indústria pneumática. Com os desdobramentos da crise sanitária que atingiu o comércio mundial, paralisando o comércio em várias partes do mundo, este setor também foi bastante afetado, uma vez que os principais fornecedores desta matéria prima, localizados na Ásia, região que foi uma das primeiras a restringir o trânsito e o funcionamento dos portos locais, provocando uma pressão logística e de oferta que agora estamos sofrendo as consequências. A restrição na oferta de navios, fez com que o valor do frete marítimo saltasse a valores estratosféricos, outro fator que impactou diretamente as importações, foi a queda na oferta de *containers*, que consequentemente provocou um aumento significativo nos valores de locação dos mesmos, em uma disputa similar a ocorrida com os fretes marítimos. A reunião destes fatores, direcionou a indústria local para a atividade de produção interna, incentivando os arranjos locais, com o objetivo de a médio longo prazo, não depender totalmente do suprimento externo, o que indiretamente deve impactar o fornecimento da matéria prima oriunda da atividade extrativista, uma boa oportunidade para destaque da atividade nos próximos anos.

2) Mercado

O comportamento dos preços recebidos pelos produtores, no período de setembro de 2020 a agosto 2021, com base nas cotações médias coletadas nos estados do bioma amazônico, para o coágulo virgem com até 70% de teor de borracha seca (TBS) permaneceu estável em dois estados, Acre e Pará, enquanto em Rondônia e Mato Grosso, em um movimento

Tabela 1					
UF	Sep-20	Aug-21	Sep-21	Var. Anual	Var. Mensal
AC	2,50	2,50	2,50	0,00%	0,00%
AC	SI	2,50	2,50	SI	0,00%
MT	2,43	4,18	4,18	72,02%	0,00%
PA	2,10	2,10	2,20	0,00%	4,76%
RO	2,20	2,68	2,99	21,82%	11,57%

Fonte: Conab/Siagro

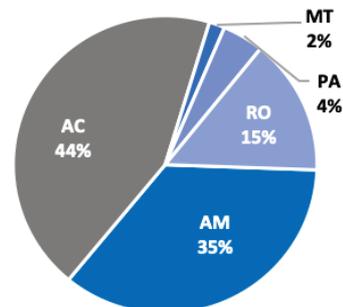
atípico os preços apresentaram uma elevação considerável, movimento este causado pelo aumento da demanda pelo produto, que apesar do aumento da produção nestes dois estados, ainda não foi suficiente para atender a procura. A oscilação média nestes estados, variou entre o intervalo de R\$ 2,20/kg até o máximo de R\$ 4,18/Kg, conforme demonstra a tabela 1. O aquecimento da demanda, devido a dificuldades de suprimento por parte dos fornecedores internacionais, tem provocado uma alta nos preços regionais, com entrada no cenário comercial de atores que ficavam restritos aos principais centros de produção da região centro sul e que agora estão a procura de matéria prima nos mais diferentes locais do país onde há produção e perspectiva de oferta. Quando observada a movimentação dos preços agosto versus setembro de 2021, verifica-se uma estabilização dos preços nos estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso, ao passo que no Pará e Rondônia os mesmos sofreram elevação. Esta tendência de alta, deve seguir fortalecida, incentivando a produção nestas regiões, uma vez que o principal fator impulsionador da atividade extrativista é preço.



3) Produção

De acordo a publicação anual do IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2020 (PEVS) a produção de borracha natural da Região Amazônica correspondeu a 0,46% da produção nacional. A atividade extrativista produziu 924,7 toneladas, aumento de 9,70% em relação ao ano de 2019 e, desempenho positivo que demonstra uma pequena retomada na atividade, pois quando comparada com os últimos seis anos, o percentual de queda atingiu 60%. Dentre os estados produtores, dois se destacaram com aumento na produção em 2020, Acre e Pará. O Acre registrou um aumento de 86,2% em relação ao ano anterior, passando de 211 toneladas em 2019, para 313 toneladas em 2020 e o estado do Pará registrou um aumento de 194.4% elevando sua produção interna de 45 para 132,5 toneladas, números bastante significativos quando falamos de atividade extrativista. O Amazonas ainda lidera a produção na região, condição que pode ser constatada quando visualizamos o gráfico 1 que mostra o percentual de produção em cada estado produtor.

Gráfico 1 - Produção de Borracha natural em 2020



Fonte: IBGE/PEVS



Regina Célia Gonçalves Santos



BURITI

1) Introdução

O Buriti (*Mauritia Flexuosa*) é uma espécie de palmeira de origem amazônica, também conhecida pelos nomes de buriti-do-brejo, carandá-guaçu, carandaí-guaçu, coqueiro-buriti, itá, palmeira-dos-brejos, buritizeiro, meriti, miriti, muriti, muritim, muruti. É predominantemente encontrado na região Norte, mas também aparece com frequência nos estados de Maranhão, Piauí, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais e Mato Grosso.

Da polpa da fruta podem ser obtidos o vinho, o doce, o sorvete e o licor de buriti. A produção de óleo é feita a partir da polpa e da semente. Por apresentar altos teores de vitamina A, pode ser utilizada como produto comestível, e também em queimaduras, pois possui efeito aliviador e cicatrizante.

2) Mercado

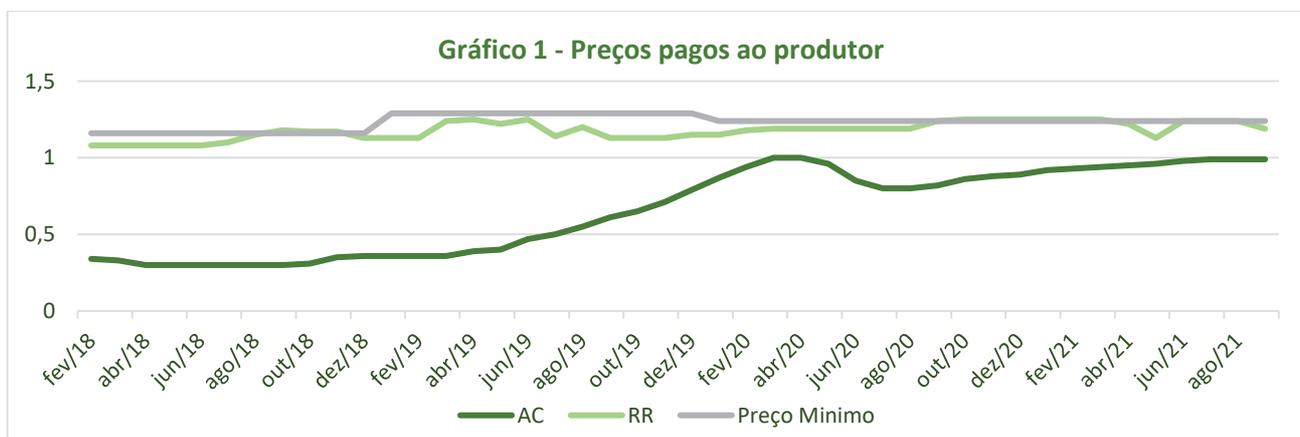
A Conab incorporou recentemente (fevereiro de 2018) o acompanhamento dos preços do buriti no sistema Siagro/Conab. Os estados monitorados são: AC, AM, PA e RR.

UF	set-20	ago-21	set-21	Var. Anual	Var. Mensal	Preços Mínimo
AC	0,82	0,99	0,99	20,73%	0,0%	1,24
AM	0,45	0,50	0,50	11,11%	0,0%	
PA	1,35	1,28	1,28	-25,9%	0,0%	
RR	1,24	1,24	1,19	-4,03%	-4,03%	

Fonte: Conab

O gráfico 1, abaixo, traz o comportamento de variação de preços médios ao longo dos últimos quatro anos. No estado do Acre, para os primeiros meses de 2021, os preços mantiveram-se estáveis próximos aos R\$ 1,00/Kg. No estado de Roraima os preços praticados estão próximos ao preço mínimo de R\$ 1,24/kg

Várias são as limitações para o desenvolvimento que a cadeia produtiva do buriti enfrenta, e dentre as principais estão a consolidação do mercado, pequena organização social e produtiva, alta perecibilidade da polpa, alto custo de produção do óleo devido ao escasso conhecimento das tecnologias de extração do óleo, além da irregularidade na oferta e na demanda do produto, uma vez que o período de coleta tem curta duração, janeiro a junho, gerando incertezas no investimento para melhora do cenário como um todo, desde a coleta até o processamento final.





PIAÇAVA

1) Introdução

A fibra tem sua importância econômica relacionada à produção de vassouras, enchimento de assento de carros, cordoaria e escovões, contudo, o mercado da piaçava tem sofrido drástica redução nos últimos anos, devido à perda de competitividade em relação à fibra sintética de nylon relativo a questões de qualidade e escala de produção.

Porém, observa-se uma movimentação no sentido de reimpulsionar a cadeia da piaçava como projetos com novas propostas de utilização da fibra como matéria prima de base. Ainda é cedo para se afirmar categoricamente que estas iniciativas vêm dando resultado, contudo pela primeira vez em anos ocorreu um aumento no quantitativo de produção nacional da fibra.

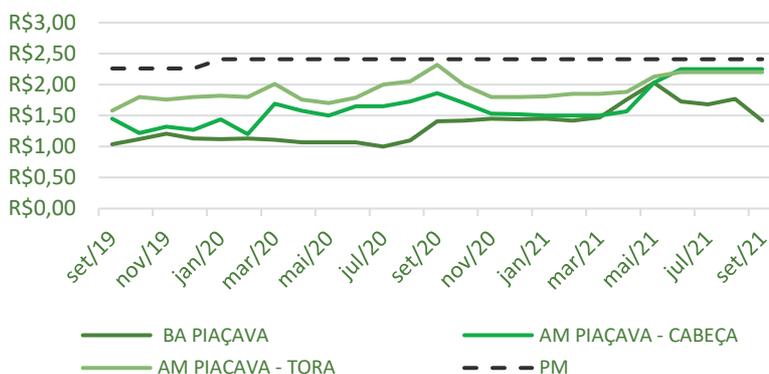
2) Mercado

O preço da piaçava na Bahia, em setembro, sofreu leve alta em relação ao mesmo mês do ano anterior, contudo, comparando com o mês de agosto observa-se redução de 19,77% no valor da piaçava na região.

UF	Set/20	Ago/21	Set/21	Var. Anual	Var. Mensal
BA	1,41	1,77	1,42	0,71%	-19,77%
AM (tora)	2,32	2,22	2,22	-4,3%	0,0 %
AM (Kbça)	1,86	2,25	2,25	21%	0,0%

Fonte: Conab/Siagro

Gráfico 1- Preços pago ao produtor extrativista Piaçava



No Amazonas, para a piaçava em tora, também houve redução no preço em setembro em relação ao ano anterior, na ordem 4,3%, contudo, se manteve sem variação quanto ao mês anterior. Já a piaçava em cabeça apresentou aumento na variação anual cerca de 21% e manteve os índices sem variação na comparação mensal. Nota-se que nas regiões avaliadas, até o segundo semestre a alta da fibra foi generalizada e bem significativa, já

para o terceiro semestre, a alta persiste para a piaçava baiana e no Amazonas, para a piaçava de cabeça.

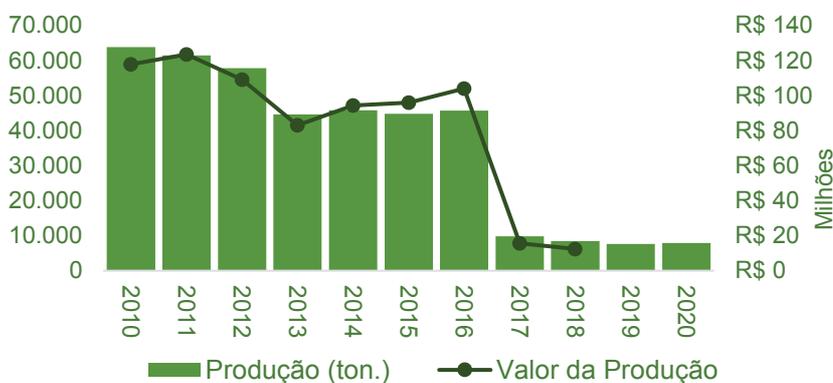
De modo geral, as altas nos preços da fibra em ambas regiões entre 2020 e 2021 refletem uma recuperação significativa às consequências mercadológicas da pandemia. Segundo informações locais, a oferta tem estado relativamente estável nos últimos meses refletindo na invariabilidade dos índices nos últimos meses, contudo, a baixa registrada em um dos tipos da piaçava no norte pode indicar uma mudança na pressão da demanda na região.



3) Produção

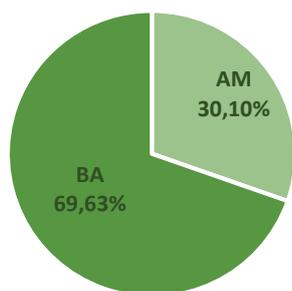
Para o ano de 2020, a produção da piaçava alcançou a quantidade produzida de 7.911 toneladas, o que representa uma sensível aumento em relação ao ano anterior de 3%. Um comportamento diferente do que vem ocorrendo nos últimos anos, uma vez que tem se observado a queda consecutiva da produção da fibra. O gráfico mostra o volume e valor da produção de fibra de piaçava a partir de 2010.

Gráfico 02 - Volume e valor da produção de Piaçava



No total, nos últimos 4 anos, a produção nacional de piaçava diminuiu cerca 90%. O quantitativo nacional produzido de piaçava em 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente de 45.662, 9.783, 8.481 e 7.679 toneladas. Já em 2020 a produção aumentou cerca de 3%, alcançando 7.911 toneladas, uma recuperação muito irrisória em relação a perda ocorrida nos últimos anos, porém, pode indicar um movimento de recuperação no mercado da piaçava.

Gráfico 03 - Participação na Produção Nacional de Piaçava 2020



A produção baiana é responsável pela grande maioria do quantitativo produzido no país. O gráfico traz a proporção da produção de cada estado em relação ao quantitativo nacional. Observa-se quanto a produção total de piaçava no Brasil, a fatia relativa ao Amazonas teve aumento nos últimos anos. Apesar do estado do Amazonas contribuir com um percentual menor que a Bahia para a produção nacional, o município de Barcelos/AM, está entre os maiores produtores do Brasil.



Regina Célia Gonçalves Santos



PIRARUCU DE MANEJO

1) Introdução

A pesca do pirarucu na Amazônia começou a ser disciplinada pela antiga Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), hoje incorporada ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A partir de 2 de setembro de 1976, através da Portaria nº 15, foi proibida sua captura, anualmente, no período de 1 de outubro a 31 de março. A portaria em questão tinha como objetivo preservar a espécie na época da reprodução. A partir daí vieram outras normas que tinham como objetivo principal preservar os estoques naturais de *Arapaima gigas*, nome científico do pirarucu.

O *Arapaima gigas*, chamado pirarucu no Brasil e *paiche*, no Peru, é considerado um dos maiores peixes de água doce do mundo, de ampla distribuição na bacia amazônica, com registros de ocorrência no Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia sendo comum a existência de exemplares pesando 125kg a 200kg. Apresenta ciclo reprodutivo longo, atingindo a maturidade sexual com 4 a 5 anos, com peso em torno de 40 a 45 kg, chegando a atingir cerca de 200kg e comprimento de aproximadamente 1,65. Tradicionalmente, o pirarucu é parte significativa da dieta dos habitantes que vivem próximos aos rios.

2) Mercado

A Conab incorporou recentemente (outubro de 2018) o acompanhamento dos preços do pirarucu de manejo no AM no sistema Siagro/Conab. Os municípios monitorados são: Fonte Boa, Maraã e Tefé no Amazonas. O

Quadro 1 - Preços (R\$) - AM						
	Jan-20	Ago-20	Set-20	Jan-21	Ago-21	Set-21
Fonte Boa	4,75	4,50	5,50	5,50	3,25	4,40
Maraã	5,50	5,50	6,50	5,50	7,25	8,00
Tefé	6,50	6,50	6,50	6,50	SI	SI

Fonte: Conab

período de intensa comercialização do pirarucu na região vai de setembro a início de dezembro podendo se estender até janeiro e fevereiro.

Em 2020 a pandemia de corona vírus foi intensa, complicando o final da safra de pirarucu, pois os pescadores tiveram dificuldades de escoar a produção diante dos decretos de "lockdown" do governo do Amazonas. Tal fato impactou também nos pedidos de subvenção à Conab. Muitos pescadores não conseguiram se organizar a tempo para entregar o pedido na Companhia.

Gráfico 1 - Evolução dos preços pagos ao produtor de Pirarucu no Amazonas (R\$/Kg)

